

ARTIGO ORIGINAL

Análise de indicadores de evolução da educação especial no estado do Espírito Santo entre 2005 e 2013

Analysis of special education evolution indicators in the state of Espírito Santo between 2005 and 2013

Alexandre Dido Balbinot¹

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Recebido em: 16/05/2017 / Aceito em: 29/06/2017 / Publicado em: 01/10/2017
adbalbinot@gmail.com

RESUMO

Objetivo: analisar, através das matrículas na educação básica e na Educação Especial, a evolução do processo de inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais na educação do Estado do Espírito Santo. **Método:** estudo do tipo ecológico, que utilizou dados secundários, oriundos dos Censos Educacionais. Foram incluídas, no estudo, as matrículas entre 2005 e 2013 realizadas em estabelecimentos de educação do Estado do Espírito Santo - Brasil. Foram analisadas 8.397.364 matrículas da educação básica, sendo 143.927 da Educação Especial. **Resultados:** foi evidenciada retração de 1% nas matrículas da educação básica, entretanto não houve variação nas matrículas da Educação Especial. Referente às modalidades de atendimento, observou-se redução nas matrículas para escola exclusivamente especializada em 30%, enquanto que para o atendimento em classe comum com atendimento educacional especializado (AEE), houve aumento de 16%. **Considerações finais:** a Educação Especial no Estado do Espírito Santo apresentou mudança em seu paradigma de atendimento sendo evidente a evolução em consonância com os ideais preconizados pela Declaração de Salamanca e dos direitos garantidos pela legislação vigente.

Palavras-chave: Educação especial; Necessidades educacionais especiais; Inclusão escolar; Espírito Santo/Brasil.

ABSTRACT

Objective: to analyze through the registrations in basic education and Special Education the evolution in the process of inclusion of people with special education needs in the state of Espírito Santo, Brazil. **Method:** ecological study using secondary data from the Educational Census. The study included registrations held from 2005 to 2013 in schools from the state of Espírito Santo, Southwest Brazil. We analyzed 8,397,364 registrations in basic education, with 143,927 Special Education. **Results:** a decrease of 1% was observed in registrations in basic education, however, there was no change in registrations of Special Education. Regarding the modalities of care, there was a reduction of 30% in registrations for the exclusively specialized school, for special classes no difference was observed, while for common class increased by 16%. **Closing remarks:** the special education in the state of Espírito Santo presented changes in their paradigm of care. The evolution is clear in line with the ideals advocated by the Salamanca Statement and the rights guaranteed by law.

Keywords: Special education; Special Educational Needs; School inclusion; Espírito Santo/Brazil.

INTRODUÇÃO

O entendimento da deficiência e a forma como ela é tratada pela sociedade tem se modificado com o passar dos tempos, dentro das diferentes culturas. Neste processo, uma importante característica tem acompanhado os sujeitos e persiste até a atualidade: a exclusão. Podemos observar ao longo da história da humanidade fases distintas do tratamento da deficiência. Primeiramente, houve a negligência, período no qual os sujeitos com alguma necessidade educacional especial, ou com comportamentos adversos (fugindo do padrão estabelecido inconscientemente pela sociedade) chegaram a ser perseguidos e eliminados, ou, em outros casos, abandonados à própria sorte.¹⁻³

Em um momento posterior, no decorrer do século XVIII, os sujeitos com alguma deficiência, eram segregados em instituições totalitárias, buscando-se assim retirar os sujeitos do convívio social. Este movimento foi realizado em consonância aos ideais de caridade preconizados pela Igreja, havendo um caráter de hospedagem, ou seja, não sendo realizado atendimento terapêutico, usando-se sim, segundo preceitos da crença, a reza e o exorcismo como práticas de cura e purificação.¹⁻³

Já, ao final do século XIX, a medicina começa a investigar a educabilidade e a treinabilidade dos sujeitos. São constituídos os primeiros conceitos sobre a deficiência intelectual. A assistência dentro das instituições deixa de ter caráter religioso e de hospedagem, passando para um modelo biomédico de cuidado. Com o desenvolvimento das práticas biomédicas neste cenário, iniciou-se, no século XX, o processo de desinstitucionalização das práticas, onde, através principalmente da reforma psiquiátrica, foi proposto o encerramento dos atendimentos em instituições totalitárias, e o cuidado mais próximo da comunidade. Modificando o paradigma de atendimento educacional dos portadores de deficiência, ao tencionar a ampliação do atendimento, pois até este momento, poucas instituições atendiam esta população.¹⁻³

Emergem, neste mesmo período, as escolas e classes especiais de ensino. Instituições e coletivos que trabalhavam paralelamente ao ensino regular, buscando abarcar as pessoas com deficiência. Permanece instaurada ainda a dicotomia que divide a sociedade entre os normais e os “doentes”. É neste cenário que surgem as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), organizações que se proliferaram por todo o Brasil e que atuam fortemente até os dias atuais. Esta modalidade de atendimento e ensino obteve seu ápice de ampliação do número de escolas entre a década de 1960 e 1970, principalmente em decorrência da rede privada de ensino.^{1,2,4}

Ao final da década de 1970, emerge movimento que fomenta a integração dos sujeitos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, eliminando-se assim, a dicotomia no atendimento educacional que propiciava a maximização da exclusão dos sujeitos. Um dos marcos históricos que fortaleceram este processo de inclusão foi a Declaração de Salamanca, documento assinado em concordância entre 88 governos e 25 organizações que comungaram da mesma perspectiva, a de melhoria da Educação Especial e sua realização através da inclusão do educando.^{1,2,5,6}

Seguindo o proposto em Salamanca, na Espanha,

surgem para o território brasileiro leis e diretrizes que garantem o direito à educação de qualidade na rede regular, devendo as escolas garantirem o acesso. Em 2011 foi instituída lei que firma além do acesso, o atendimento educacional especializado (AEE) à quem necessitar. O atendimento deve ser realizado no contra turno ao da escolarização e de preferência no ambiente escolar do educando. Também são garantidos outros aspectos que impactam diretamente na qualidade do atendimento, através de recursos humanos e físicos. Atualmente, a inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns da rede regular de ensino é a política e o ideal preconizados em todo o território brasileiro. Trabalhando-se com o suporte especializado quando necessário.⁶⁻¹⁰

Importante ressaltar a realidade do Estado do Espírito Santo, onde, no ano de 1998 o Estado possuía o maior percentual (83,1%) de municípios com oferta de Educação Especial. Um expoente para o ano de 1998 e um contraste com a realidade do Estado do Rio Grande do Norte com um percentual inferior à 10% (9,6%). Cabe frisar, que estes dados não tratam de sujeitos incluídos somente na classe comum da rede regular de ensino, mas também e principalmente, de escolas e classes especiais.¹¹

O Estado do Espírito Santo apresentava-se já no ano de 1998 como um diferencial na Educação Especial brasileira. Parece importante então, que sejam avaliados o andamento e o comportamento deste processo nos últimos anos. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar a evolução do processo de inclusão escolar de sujeitos portadores de necessidades educacionais especiais, tendo-se como variáveis de mensuração, as matrículas no período entre 2005 e 2013 no Estado do Espírito Santo.

MÉTODO

Trata-se de estudo ecológico, pois compara a ocorrência da condição avaliada em relação à exposição de interesse entre agregados de indivíduos para verificar a possível existência de associação entre elas.¹² Este estudo faz referência a uma série histórica de dados secundários compostos pelas matrículas de educação básica e especial contidas nos Censos Educacionais, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do seu domínio <http://portal.inep.gov.br>. Foram incluídas na presente análise as matrículas oriundas dos estabelecimentos de ensino localizados nas instituições contempladas pelo território do Estado do Espírito Santo/Brasil, entre os anos de 2005 e 2013; contemplando dados das diferentes esferas administrativas (pública e privada).

A coleta e análise dos dados foram realizadas no decorrer do mês de julho do ano de 2015. Para isto, realizou-se o *download* dos arquivos com dados de cada ano de Censo Educacional. Foram coletadas dentro das sinopses de cada ano as informações referentes às quantidades de matrículas na Educação Especial, através de Escolas Especiais, na Educação Especial através de classes especiais em escola regular, na Educação Especial, através de classes regulares em escola regular, na educação básica; assim como a estratificação destes

dados para o tipo de rede de ensino (pública ou privada).

Foi realizada a tabulação dos dados de interesse e sua análise através do programa Stata 11, no qual foram realizadas as análises descritivas e inferenciais. A análise inferencial foi composta pelos seguintes testes estatísticos: Correlação de Spearman (teste não paramétrico que mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais), Regressão de Poisson robusta (sendo esta uma forma de avaliar a relação entre variáveis explicativas e uma única variável resposta), e Intervalo de Confiança de 95%. Foi empregado nível de significância de $p < 0,05$.

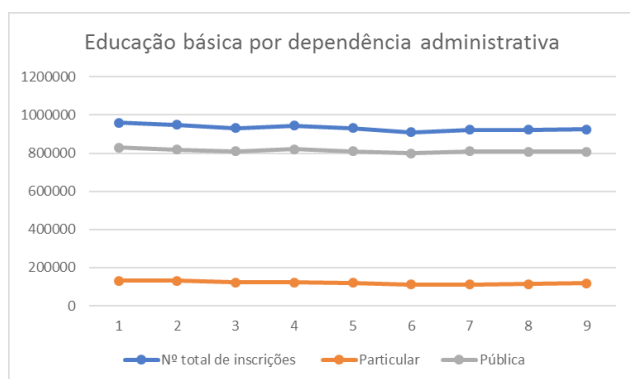
Aspectos éticos

Por se tratar de um estudo que utilizou dados secundários, ou seja, de domínio público, com as informações podendo ser adquiridas por toda sociedade, através do endereço <http://portal.inep.gov.br>, não é identificada necessidade de submissão do presente estudo para apreciação por comitê de ética em pesquisa. Estes dados são disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INPE) em concordância com o Ministério da Educação.

RESULTADOS

Nesta análise foram contempladas 8.397.364 matrículas na rede de educação do Estado do Espírito Santo, mais especificamente referente à educação básica, e destas, 143.927 matrículas são provenientes da Educação Especial, sendo 44.617 oriundas de escolas exclusivamente de ensino especial, enquanto que 8.484 provenientes de classes especiais em estabelecimentos de ensino regular e outras 90.826 matrículas da classe regular em estabelecimentos de ensino regular.

Foi observada média de matrículas anual ao longo do período de 933.040,4 (DP=15372,06) inscrições por ano, tendo ocorrido o maior número de inscrições no ano de 2005 de 959.997, enquanto de no ano de 2010 teve-se o menor valor, de 910.508 inscrições. Estratificando-se estes dados por dependência administrativa das instituições, observou-se que a rede privada de educação apresentou uma média 120.761,8 (DP=

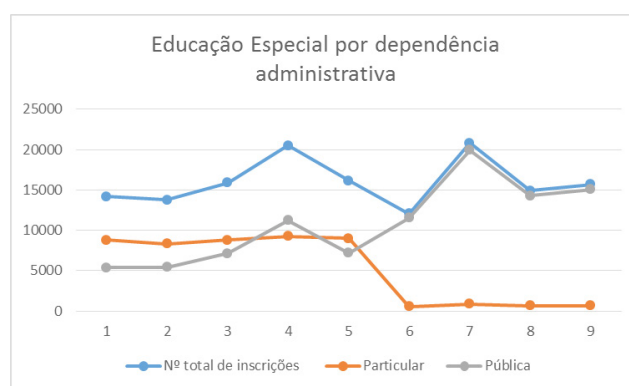


Fonte: Dados provenientes da análise descritiva desenvolvida a partir de informações dos Censos Educacionais de 2005 a 2013.

Gráfico 1 - Matrículas no ensino básico entre 2005 e 2013 por dependência administrativa no Estado do Espírito Santo/Brasil.

6942,91; 111.680-131.698) inscrições por ano, diferentemente da rede pública que apresentou média anual de 812.497,1 (DP= 8698,77; 798.828-828,299). A evolução das matrículas na educação básica por dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino é apresentada no Gráfico 1.

Ao abordar-se somente a Educação Especial, observou-se média de matrículas ao longo do período, de 15.991,89 (DP=2920,84) inscrições por ano, ocorrendo o maior valor (20.795) no ano de 2001 e o menor valor (12.073), foi observado no ao 2010. Destas matrículas, estratificando os dados por dependência administrativa, ocorreram em média 5.199,22 (DP=4.307,66; 520-9.276) inscrições anuais na rede privada de ensino, enquanto que foram 10.792,67 (DP= 4991,14; 5.374-19.948) inscrições por ano na rede pública. O Gráfico 2 apresenta a evolução das matrículas totais para a Educação Especial, assim como para cada rede de ensino.

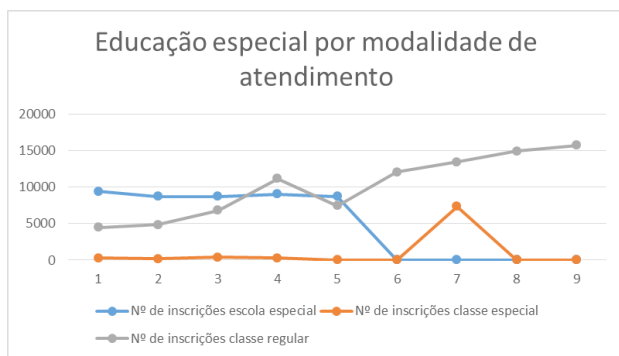


Fonte: Dados provenientes da análise descritiva desenvolvida a partir de informações dos Censos Educacionais de 2005 a 2013.

Gráfico 2 - Total de matrículas referentes a Educação Especial entre 2005 e 2013 no Estado do Espírito Santo/Brasil por dependência administrativa.

Estratificando-se os dados por modalidade de atendimento, observou-se média anual para Educação Especial em escola exclusivamente especializadas de 4.957,44 (DP= 4.707,91) matrículas, havendo o ápice de inscrições no ano de 2005 (9.401), enquanto que não houveram inscrições nos anos entre 2010 a 2013. Referente às matrículas em classe especial do ensino regular, observou-se ápice de matrículas no ano de 2011 (7.350), enquanto que não foram cadastradas matrículas nos anos de 2010 e 2012, este período teve em média de 942,67 (DP= 2407,17) inscrições por ano. Por fim, as matrículas em classe comum do ensino regular tiveram em média 10.091,78 (DP= 4.300,21), sendo que o ápice ocorreu no ano de 2013 (15.685) e a menor quantidade (4.484) em 2005. O Gráfico 3 apresenta a evolução das matrículas da Educação Especial por modalidade de atendimento.

Ao longo do período temporal estudado foi observada uma retração significativa na quantidade de matrículas totais na rede de educação básica ($p < 0,05$) com percentual de diminuição em torno de 1,0%, semelhante ao ocorrido, tanto para a rede de ensino público ($p < 0,05$) e privado ($p < 0,05$), quando estratificado por rede de ensino.



Fonte: Dados provenientes da análise descritiva desenvolvida a partir de informações dos Censos Educacionais de 2005 a 2013.

Gráfico 3 - Matrículas referentes a Educação Especial por modalidade de atendimento entre 2005 e 2013 no Estado do Espírito Santo/Brasil.

Já, referente às matrículas estritamente classificadas como de Educação Especial, não se evidenciou modificação estatisticamente significativa na totalidade do número de matrículas ($p=0,46$), sendo diferentemente do que foi observado ao se estratificar os dados por dependência administrativa das instituições, onde observou-se aumento estatisticamente significativo de 16,0% ($p<0,05$) na rede pública, enquanto que para a rede privada, houve uma diminuição de 25,0% ($p<0,05$).

Continuando a análise da Educação Especial, mas, mais especificamente referente às diferentes modalidades de atendimento disponíveis, observou-se diminuição significativa nas inscrições em escola exclusivamente especializada em 30,0% ($p<0,05$), sendo que na rede pública este percentual foi de 42,0% ($p<0,001$), enquanto que na rede privada esta redução foi de 29,0% ($p<0,05$).

No que tange às classes especiais em estabelecimentos de ensino regular, não foi observada diferença significativa, ao longo do período estudado. Já, referente às matrículas em classe comum da rede regular de ensino, houve aumento estatisticamente significativo com 16,0% ($p<0,05$) de incremento no total, percentual idêntico ao observado para a rede privada ($p<0,05$), assim como para a rede pública de ensino ($p<0,05$).

Foi possível identificar que os dados de inscrições em escola especial correlacionaram-se positivamente com o número de matrículas totais na educação básica. Em contrapartida, as matrículas em classe regular apresentam correlação negativa com a quantidade total de inscrições na educação básica. As matrículas em classe especial, assim como o total de matrículas no ensino especial, não apresentaram correlação significativa. As correlações são descritas de forma mais completa na Tabela 2.

Tabela 2 - Análise através da Correlação de Spearman entre as matrículas no ensino básico e as matrículas na Educação Especial entre 2005 e 2013 no Estado do Espírito Santo/ Brasil.

	Nº Total de inscrições no ensino básico	
	Spearman 's rho	P
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial	0,940	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial	0,494	0,177
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular	-0,800	0,010
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.	0,017	0,966

Fonte: Dados provenientes da análise inferencial desenvolvida a partir de informações dos Censos Educacionais de 2005 a 2013.

Tabela 1 - Análise através da Regressão de Poisson robusta da evolução das matrículas entre 2005 e 2013 no Estado do Espírito Santo/ Brasil.

Variável	RP	IC 95%	p
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial			
Total	0,70	0,57-0,87	0,05
Particular	0,71	0,57-0,88	0,05
Pública	0,58	0,49-0,67	<0,05
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial			
Total	1,25	0,92-1,71	0,15
Particular	1,23	0,86-1,76	0,26
Pública	1,26	0,92-1,72	0,15
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular			
Total	1,16	1,12-1,21	<0,05
Particular	1,16	1,09-1,25	<0,05
Pública	1,16	1,12-1,21	<0,05
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.			
Total	1,01	0,98-1,04	0,46
Particular	0,75	0,65-0,87	<0,05
Pública	1,16	1,10-1,21	<0,05
Nº Total de inscrições no ensino básico			
Total	0,99	0,99-1,00	<0,05
Particular	0,98	0,97-0,99	<0,05
Pública	1,00	0,99-1,00	<0,05

Fonte: Dados provenientes da análise inferencial desenvolvida a partir de informações dos Censos Educacionais de 2005 a 2013.

DISCUSSÃO

Inicialmente, é importante observar que a evolução da quantidade total de matrículas na educação básica parece acompanhar a redução da população de crianças e jovens em idade escolar, conforme é possível observar no censo demográfico, disponibilizado pelo site do DataSUS para o mesmo período do estudo, corroborando com o observado previamente pela literatura.¹³ Este fenômeno demonstra a modificação do perfil demográfico da sociedade, que perpassa e influencia diferentes setores da sociedade, entre eles, a educação.

Já, especificamente sobre a Educação Especial, observa-se que o processo de inclusão na educação brasileira ainda não foi alcançado em sua plenitude, longe disto, há ainda a necessidade de muito esforço entre os atores que compõe este cenário em prol de uma evolução. Todavia, o Estado do Espírito Santo aparece como um expoente, onde já em 1998 se constituía como espaço favorável para a inclusão educacional, tendo em vistas sua política e seus avanços em questão da disponibilização de atendimento em nível municipal de Educação Especial.¹¹

Durante o período histórico de dados abordados na presente discussão, não foi evidenciada ampliação no atendimento educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais, na rede do Estado do Espírito Santo. Este fenômeno parece ter ocorrido em decorrência da diminuição da oferta de vagas na rede privada de ensino. Todavia, conforme legislação vigente e direito dos portadores de necessidades educacionais especiais, é função dos órgãos e instituições públicas a oferta a todos que necessitem na rede pública. Houve sim ampliação na disponibilização na rede pública, entretanto esta ampliação conseguiu apenas compensar a retração da rede privada, mas não disponibilizar a ampliação da oferta.^{6,8}

Os dados aqui encontrados para o Estado do Espírito Santo, vão em direção contrária ao encontrado em estudo de Michels e Garcia,¹⁴ no qual, ao abordar a evolução das matrículas no território brasileiro, de uma forma geral e não estratificada, os autores abordaram também em seu estudo, a evolução de matrículas, porém em relação à dependência administrativa, onde encontraram aumento nas matrículas da rede privada e retração na rede pública.

A retração das matrículas de Educação Especial na rede privada de ensino pode ter se dado por um viés financeiro, onde o custo elevado deste tipo de ensino para as instituições privadas em decorrência das peculiaridades do atendimento, tanto ao se tratar de recursos físicos diferenciados, quanto de recursos humanos com maiores especificidades de formação curricular (especialização em Educação Especial ou áreas afins). Mais que isto, com a garantia de acesso e ampliação da oferta na rede pública, o ensino público faz-se mais atrativo à sociedade.

Este cenário poderia ter tido uma evolução diferente, caso, como aponta Harlos, Denari e Orlando⁹, as políticas de Educação Especial não restringissem os segmentos populacionais atendidos, abarcando somente aqueles que historicamente são atendidos, e ampliassem a oferta para aqueles que poderiam demandar atenção dos profissionais da educação responsáveis

pelo atendimento educacional especializado.

A Educação Especial apresentou uma constância, ou não se modificou significativamente, em sua quantidade de matrículas totais. Isto possivelmente reflete uma maior oferta de atendimento ligada a maior realização de diagnósticos e deste modo uma incidência elevada de casos em idades escolares ou, em certa quantidade, patologização do educando em vista do fracasso escolar.¹⁵

Em uma perspectiva geral, a Educação Especial no Estado do Espírito Santo parece estar cumprindo os ideais preconizados pela Declaração de Salamanca e o que é proposto pela legislação vigente, que garante os direitos dos portadores de necessidades educacionais especiais, com foco na inclusão dos alunos em classes comuns do ensino regular.^{2,6}

Esta modificação do perfil de atendimento, através da alternância dos modelos de escolas e classes especializadas, para atendimento, através de classes comuns no ensino regular, observada no Espírito Santo, aparece então diferentemente do que ocorre em outras localidades, como em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde ao longo dos anos, mesmo com o aumento dos alunos atendidos nas classes regulares, houve uma persistência dos atendimentos em escolas especializadas; no Espírito Santo, ocorreu a diminuição dos atendimentos em escolas e classes especializadas.¹³

Cabe frisar, que a discussão é embasada em dados somente referentes às matrículas, não sendo possível assim, avaliar aqui, a qualidade do serviço prestado pelas instituições educacionais. Emerge então ao final do presente artigo, a necessidade de uma avaliação posterior da qualidade dos serviços prestados a este nicho populacional, tanto referente aos recursos físicos e financeiros empregados, como à qualidade do corpo docente e da formação prévia e continuada destes profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de Educação Especial parecem estar funcionando para o atendimento dos sujeitos com necessidades educacionais especiais no Estado do Espírito Santo, estando assim, em conformidade com os ideais e os marcos históricos que fundamentam a Educação Especial inclusiva, assim como com as legislações que defendem os direitos dos mesmos. Já, a rede de Educação Especial privada, parece não estar perdendo seu caráter inclusivo, fato possivelmente relacionado a aspectos financeiros.

Observou-se modificação no paradigma de atendimento dos sujeitos pertencentes à Educação Especial do território referido, onde as classes especiais, que outrora eram consideradas o "suprassumo" da Educação Especial, atualmente não são mais fomentadas e as matrículas neste tipo de atendimento já não se fazem mais existentes.

O cenário, de um modo geral, está mudado, mas ainda há muito a ser desenvolvido e alcançado pelos atores sociais implícitos neste contexto. A inclusão efetiva não é realizada apenas pela disponibilização de vagas e efetivação de matrícula, pois, como afirma

Miranda,² muitas vezes os alunos, inclusos em sala de aula ficam à margem dos acontecimentos. Todavia, não podemos negar que a oferta de atendimento em classe comum da rede regular já consiste em um passo importante dentro da educação. É importante saber onde o processo de inclusão está paralisado, para que possam ser propostas ideias e discussões para alcançar o que desejamos para a Educação Especial.

REFERÊNCIAS

1. Campos MLIL. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. Coleção UAB– UFSCar. 2011.
2. Miranda AAB. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR On-line, 2004.
3. Bianchetti L. Aspectos históricos da educação especial. Rev Bras Educ Espec, 1995.
4. Ferreira JR. Notas sobre a evolução dos serviços de educação especial no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial. Relatório de atividades da XIV Reunião. Boletim ANPed. 1991:1-2.
5. Mazzotta MJS. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
6. Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 1997. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1997.
7. Brasil, Ministério da educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF: 2009.
8. Brasil, Presidência da República, Casa civil. Decreto nº7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011.
9. Harlos FE, Denari FE, Orlando RM. Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013). Rev Bras Educ Espec Marília 2014;20(4):497-512. doi: 10.1590/S1413-65382014000400003
10. Mendes Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revi Educ y Pedagogia 2010;22(57):93-109.
11. Brasil, Ministério da educação, 1998. Plano nacional de educação. MEC; 1998.
12. Lima-Costa MF, Barreto SM. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. Epidem Serv Saúde 2003;12(4):189-201.
13. Meireles MCB, Freitas CR, Baptista CR. Educação especial no Rio Grande do Sul: Uma análise de indicadores de matrículas na educação básica (2007-2013). In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquezine & Manzini/ ABPEE. 2015.
14. Michels MH, Garcia RMC. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. Caderno Cedes 2014;34(93):157-73. doi: 10.1590/S0101-32622014000200002
15. Fritag RMK, Rosário MMS, Andrade SRJ, Lima MGB, Lima M. Culto à avaliação, patologização da alfabetização e fracasso escolar. Itabaiana: Gepiadde 2014;15(8):42-59.

Como citar: BALBINOT, Alexandre Dido. Análise de indicadores de evolução da educação especial no estado do Espírito Santo entre 2005 e 2013. Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 4, out. 2017. ISSN 2177-4005. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/9627>>. Acesso em: 06 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v18i4.9627>.